

# Ética, igualdade e defesa dos animais em Peter Singer

*Géssyca Deize Santos* MEDEIROS<sup>1</sup>

∞

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a proposta de uma ética para os animais apresentada por Peter Singer. Essa perspectiva estabelece como condição prévia a discussão sobre o problema da igualdade, permitindo evidenciar o princípio básico das posições morais do autor, a saber: o princípio da igual consideração de interesses. Como se pretende demonstrar, esse princípio sustenta que se existem interesses em jogo no plano das ações, os mesmos devem ser respeitados independentemente da cor da pele, do sexo ou de outras características factuais. Essencialmente, a ideia moral de considerar imparcialmente os interesses tem como parâmetro o limite de sensibilidade, sobretudo a capacidade de sofrer e de sentir prazer. Em relação a esse ponto, o autor defende que o princípio da igualdade pode ser aplicado na defesa dos animais não humanos, desde que o critério da senciência seja respeitado. Isso permite afirmar que é injustificável a exploração indiscriminada dos animais para atender interesses menores dos seres humanos, tais como a alimentação carnívora e a experimentação animal.

PALAVRAS-CHAVE: Peter Singer. Igualdade. Defesa dos Animais.

## INTRODUÇÃO

Durante boa parte do século XX, sobretudo a partir dos anos 70, e início deste novo século, acompanhamos um crescimento significativo de preocupações e de debates em torno do bem-estar e dos direitos dos animais, o que nos permite afirmar que hoje em dia a defesa dos animais é uma realidade que não pode mais ser ignorada. Não é incomum nos depararmos com discussões sobre o tratamento que dispensamos aos animais em eventos científicos e mesmo nos diversos meios de comunicação, nos quais há um número cada vez maior de pesquisas e de publicações sobre o tema. Em várias partes do mundo, principalmente nas sociedades industrializadas, verificamos a criação de associações de defesa contra os maus tratos infligidos aos mesmos. Além disso, outro ponto relevante dessa incursão contemporânea vincula-se à elaboração de uma documentação específica sobre o assunto (leis, resoluções e etc.), cuja finalidade é assegurar um tratamento mais adequado e a proteção dos demais animais.

Esse cenário atual parece promover uma espécie de valorização da dignidade dos animais ou, mais precisamente, a edificação de seu estatuto ético e político. Apesar disso, é importante destacar que essas discussões e práticas não

---

<sup>1</sup> Mestra em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: medeiros.gds@gmail.com

são necessariamente conduzidas por uma reflexão moral, o que impõe a colocação de algumas questões: o modo de empregar a expressão “ética” nas controvérsias que envolvem o tratamento dos animais não seria um rótulo inadequado no que se refere ao pensamento filosófico? Qual seria a relação entre tais discussões e atitudes com a história da filosofia moral, ou melhor, com a busca de princípios e com a exigência de estabelecer critérios metodológicos rigorosos? Mais especificamente, como pensar eticamente a condição dos animais não humanos sem cair nas armadilhas de uma visão antropocêntrica? Tendo em vista tais questões, podemos alegar que esse tipo de preocupação encontra um de seus primeiros esboços no livro *Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*, de 1789, do filósofo britânico Jeremy Bentham. Em uma nota de rodapé na parte final da obra, ele afirma:

[...] houve um tempo – lamento dizer que em muitos lugares ele ainda não passou – no qual a maior parte de nossa espécie, sob a denominação de escravos, foram tratados pela lei exatamente no mesmo pé que, por exemplo, na Inglaterra, as raças animais inferiores ainda são tratadas até hoje. *Pode* vir o dia em que o resto da criação animal adquira aqueles direitos que nunca lhes deveriam ter sido tirados, se não fosse por tirania. Os franceses já descobriram que a cor preta da pele não constitui motivo algum pelo qual um ser humano possa ser entregue, sem recuperação, ao capricho do verdugo. [...] *Pode* chegar o dia em que se reconhecerá que o número de pernas, a pele peluda, ou a extremidade do *os sacrum* constituem razões igualmente insuficientes para abandonar um ser sensível à mesma sorte. Que outro fator poderia demarcar a linha divisória que distingue os homens dos outros animais? Seria a faculdade de raciocinar, ou talvez a de falar? Todavia, um cavalo ou um cão adulto é incomparavelmente mais racional e mais educado que um bebê de um dia, ou de uma semana, ou mesmo de um mês. Entretanto, suponhamos que o caso fosse outro: mesmo nesta hipótese, que demonstraria isso? O problema não consiste em saber se os animais podem *raciocinar*; tampouco interessa se *falam* ou não; o verdadeiro problema é este: podem eles *sofrer*? (BENTHAM, 1979, p. 63, grifos do autor).

É sabido que Bentham é um dos principais expoentes do utilitarismo clássico. O fio condutor de seu pensamento estabelece como critério de avaliação das questões morais a diminuição do sofrimento e a maximização da felicidade<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> De maneira geral, “O utilitarismo é uma teoria moral que permite coordenar de modo preciso a avaliação e a ação morais. Ele possui três dimensões fundamentais: um critério do bem e do mal, um imperativo moral: maximizar esse bem, uma regra de avaliação da ação moral graças a esse critério” (AUDARD, 2007, p. 737). Para ilustrar a importância desse núcleo temático, quando Bentham (1979, p. 3-4, grifos do autor) inicia a obra supracitada, encontramos as seguintes afirmações: “A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos: a *dor* e o *prazer*. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que na realidade faremos. Ao trono desses dois senhores está vinculada, por uma parte, a norma que distingue o que é reto do que é errado e, por outra, a cadeia das causas e dos efeitos.” E, um pouco mais adiante, referindo-se ao princípio norteador de sua perspectiva, ele dirá: “Por princípio de utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou,

Em relação a essa orientação metodológica, a comparação entre o uso indiscriminado dos animais não humanos e a escravização com bases étnicas é uma estratégia que almeja denunciar como características factuais – irracionalidade e cor da pele negra – são acentuadas arbitrariamente com a intenção de justificar e de legitimar um processo de subjugação, desrespeitando assim aspectos essenciais da existência dos oprimidos. Essa breve apreciação traz à tona uma proposta de mudança de paradigma no domínio da ética: ao invés de recorrer à cor da pele, à capacidade de raciocinar e ao discurso, a peculiaridade das questões morais encontraria sua fonte na reflexão sobre a capacidade de sofrer.

Esse ponto de vista será retomado e aprofundado na produção filosófica de Peter Singer, o qual, desde a publicação de *Libertação Animal*, em 1975, tornou-se um dos nomes mais importantes na defesa dos animais. Diferentemente da maioria dos partidários do bem-estarismo e mesmo dos adeptos dos direitos animais, o filósofo australiano define sua abordagem no campo da ética, o que contribui para distanciá-lo de aspectos ligados, por exemplo, ao manejo e ao abate humanitários de animais, bem como de questões concernentes ao âmbito legal. Isso não significa que ele desconsidere a influência de tais posições, mas sua proposta assume um contorno distinto na medida em que rejeita o peso dos sentimentos morais e a institucionalização de normas como princípios da ação moral.

Como pretendemos demonstrar neste artigo, o pressuposto básico de sua perspectiva consiste em respeitar a igualdade de interesses. Isso significa que se existem interesses em jogo no campo das ações, os mesmos devem ser respeitados independentemente da cor da pele, do sexo ou de outras características factuais e/ou sociais. Essa ideia moral de considerar imparcialmente os interesses possui como parâmetro o limite de sensibilidade ou, mais especificamente, a capacidade que um ser apresenta de sofrer. Em relação a esse ponto, o autor defende que o princípio da igualdade pode ser aplicado na defesa moral dos animais não humanos, o que permite avaliar como injustificável a exploração indiscriminada dos demais animais para atender a interesses triviais dos seres humanos, tais como, por exemplo, a alimentação carnívora e a experimentação animal.

## 1 O PROBLEMA DA IGUALDADE

A proposta ética de Singer consiste em refletir sobre questões de ordem prática, isto é, sobre ações humanas inseridas em situações concretas, as quais, em grande parte, estão vinculadas às exigências colocadas pelos avanços tecnocientíficos e pelo desenvolvimento econômico e político das sociedades

---

o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade” (BENTHAM, 1979, p. 4).

modernas. Por isso, a aplicação da ética ou da moralidade (o próprio autor não diferencia esses termos) aos problemas e dilemas atuais abrange a abordagem de temas como ações afirmativas, defesa do meio ambiente, aborto, eutanásia, diferenças entre ricos e pobres, entre outros. Em seu livro *Ética prática*, ele oferece um esboço geral de sua perspectiva:

A ética se fundamenta num ponto de vista universal, o que não significa que um juízo ético particular deva ser universalmente aplicável. Como vimos, as circunstâncias alteram as causas. Significa, isto sim, que, ao emitirmos juízos éticos, extrapolamos as nossas preferências e aversões. De um ponto de vista ético, é irrelevante o fato de que sou eu o beneficiário de, digamos, uma distribuição mais eqüitativa da renda, e você o que perde com ela. A ética exige que extrapolemos o “eu” e o “você” e cheguemos à lei universal, ao juízo universalizável, ao ponto de vista do espectador imparcial, ao observador ideal, ou qualquer outro nome que lhe demos. (SINGER, 2002, p. 17-18).

Um dos aspectos importantes da concepção ética singeriana gira em torno de uma crítica ao subjetivismo e ao relativismo. Mais precisamente, uma perspectiva ética adequada supera as posições de um indivíduo ou de um grupo (Estado, religião e etc.), criando assim um campo de ações em que os resultados serão mais satisfatórios para os envolvidos. Em outros termos, pensar eticamente significa ultrapassar as fronteiras de um ponto de vista parcial e excludente, reportando-se sempre a bases mais amplas e razoáveis. É justamente nesse horizonte que se impõe, como reconhece o próprio autor, a exigência de examinar um dos temas mais controvertidos do pensamento contemporâneo, a saber: o problema da igualdade.

Ainda que a concepção de que todos os seres humanos são iguais faça parte da “ortodoxia ético-política predominante” em nossos dias, para Singer, assumi-la rigorosamente pode engendrar uma série de dificuldades. Isso porque não existe nenhuma característica factual que todos os indivíduos possuam igualmente, o que poderia inviabilizar a ideia de um princípio de igualdade. Além disso, esse encaminhamento poderia até mesmo dar vazão aos pontos de vista da desigualdade, os quais se apoiam, por exemplo, no grau de racionalidade, na supremacia de uma raça e em diferenças de gênero para justificar suas posições e práticas. Como maneira de encontrar um ponto de partida para refletir sobre a questão da igualdade no campo das ações, Singer apresenta o seguinte comentário:

Imagina-se, agora, que começo a pensar eticamente, a ponto de admitir que os meus próprios interesses não podem contar mais que os interesses alheios pelo simples fato de serem meus interesses. No lugar deles, agora tenho de levar em conta os interesses de todos os que serão afetados pela minha decisão. Isso exige que eu reflita sobre todos esses interesses e adote o curso de ação mais apto a maximizar os interesses das pessoas afetadas. Portanto, pelo menos em algum nível de meu raciocínio moral

devo escolher o curso de ação que tem as melhores consequências para todos os afetados, e fazê-lo depois de examinar todas as alternativas possíveis. (SINGER, 2002, p. 21).

Essa espécie de exercício de imaginação permite afirmar que uma perspectiva ética justificável é aquela que leva em conta os interesses dos envolvidos em uma determinada ação, tendo em vista a busca das melhores consequências. Cabe sublinhar que, metodicamente, esses aspectos correlativos – a maximização dos interesses e a avaliação das melhores consequências – dependem de uma imparcialidade de julgamento, isso porque a prioridade consiste em considerar os interesses em si mesmos, remontando a uma simples constatação de que existem interesses a serem respeitados.

Singer defende que a igualdade é uma ideia moral e não a afirmação de um fato. Independentemente das inúmeras diferenças apresentadas pelos seres humanos, isso não nos autoriza extrair conclusões “morais” dos indivíduos entre si ou de grupos, principalmente em relação ao senso de justiça, à inteligência ou, até mesmo, à “profundidade de seus sentimentos”, bem como não permite que tratemos seus interesses com pesos diferentes<sup>3</sup>. Não há nenhuma razão moralmente coerente que justifique a atribuição de pesos diferentes a interesses semelhantes. Em outros termos, a ênfase da reflexão moral consiste em evidenciar os interesses em si mesmos, superando assim as visões da desigualdade.

Para aprofundar e demonstrar a aplicação de tal princípio podemos recorrer a um exemplo sugerido pelo próprio autor. Se duas pessoas manifestassem seus interesses perante uma mesma situação, com a diferença apenas de que uma teria vantagens e a outra sofreria com desvantagens, seria melhor deixar de realizar essa ação, pois ao praticá-la estaríamos mais preocupados com a vantagem da primeira pessoa do que com a desvantagem da segunda, demonstrando assim uma arbitrariedade em nossa posição; ao agirmos em favor da vantagem da primeira pessoa, estaríamos deixando de levar em consideração os interesses da segunda, seguindo um caminho inverso ao que propõe o princípio da igual consideração de interesses, uma vez que os interesses são avaliados como puros interesses e não como interesse de X ou Y.

Em relação a esse critério, o autor avalia a ideia de um interesse mais concreto, a saber: o alívio da dor.

Podemos tornar o problema mais concreto considerando um interesse específico, por exemplo, o interesse que temos pelo alívio da dor. O

---

<sup>3</sup> Sobre isso, o autor apresenta o seguinte comentário: “A pretensão racista de que os povos de descendência europeia são superiores aos de outra raça quanto a essas aptidões é, nesse sentido, falsa. Vistas sob esses aspectos, as diferenças entre os indivíduos não são delimitadas por fronteiras raciais. O mesmo se pode dizer do estereótipo sexista que vê as mulheres como emocionalmente mais profundas e solícitas, mas também menos racionais, menos agressivas e menos empreendedoras do que alguns homens” (SINGER, 2002, p. 29).

princípio [da igual consideração de interesses] diz, então, que a razão moral fundamental para o alívio da dor é simplesmente a indesejabilidade da dor enquanto tal, e não a indesejabilidade da dor de X, que pode ser diferente da indesejabilidade da dor de Y. (SINGER, 2002, p. 30-31).

De acordo com o autor, o que conta na avaliação dos interesses dos indivíduos envolvidos em uma mesma ação é simplesmente a capacidade de possuir interesses; ou, mais especificamente, um interesse que sirva como condição prévia (a indesejabilidade da dor, por exemplo) para a realização dos demais, uma vez que isso seria um impedimento para a concretização de outros interesses. Ao submeter-se a uma situação dolorosa, o indivíduo pode sofrer um desconforto, tanto físico quanto psicológico, que o impossibilitaria de usufruir de modo pleno e satisfatório de sua própria vida e de sua integridade.

É importante sublinhar que o princípio da igual consideração de interesses não requer um tratamento igual em todos os casos semelhantes, mas igual consideração aos interesses de todos os envolvidos no plano das ações. Para demonstrar mais claramente as implicações dessa perspectiva, Singer recorre ao seguinte exercício hipotético:

Imaginemos que, depois de um terremoto, encontro duas vítimas, uma delas com uma perna esmagada, agonizante, e a outra com um pouco de dor provocada por um ferimento na coxa. Tenho apenas duas doses de morfina. O tratamento igual sugeriria que eu desse uma a cada pessoa ferida, mas uma dose não seria suficiente para aliviar a dor da pessoa com a perna esmagada. Ela ainda sentiria muito mais dores do que a outra vítima e, mesmo depois de ter-lhe aplicado a primeira dose, a segunda traria um alívio muito maior do que se eu a aplicasse na pessoa com uma dor insignificante. (SINGER, 2002, p. 33).

Podemos observar que a dor experimentada pela pessoa com a perna esmagada é maior que a dor daquela com apenas um ferimento na coxa, tornando-a, assim, mais indesejável. Em relação a essa hipótese, mesmo que o tratamento aparentemente igualitário consista em administrar uma dose de morfina para cada indivíduo, o mais coerente de acordo com o princípio da igual consideração de interesses seria atribuir maior peso a dor da pessoa com a perna esmagada, isso porque o resultado esperado, ainda que o tratamento seja desigual, consiste em atingir um estado semelhante entre as duas pessoas feridas, as quais passariam a apresentar dores suportáveis. Essa situação seria inviável se as doses do medicamento tivessem sido aplicadas igualmente, pois uma das pessoas não sentiria mais nenhum desconforto enquanto a outra ainda sofreria uma dor muito intensa.

Singer destaca que o princípio da igual consideração de interesses parece coincidir com um princípio da economia, intitulado de “princípio da diminuição da utilidade marginal”, o qual se caracteriza pela ideia de que a utilidade de alguma

coisa é prioritária para quem a possui em menor quantidade do que para quem a possui em “abundância”. Entretanto, conforme a perspectiva singeriana, os dois princípios se distinguem na medida em que a aplicação do “princípio da diminuição da utilidade marginal” a casos mais complexos pode não atribuir uma resposta consistente, como podemos observar na hipótese a seguir:

[...] há duas vítimas, uma mais gravemente ferida do que a outra; desta vez, porém, diremos que a mais gravemente ferida, A, perdeu uma perna e está correndo o risco de perder o dedo do pé da perna que lhe restou. A vítima menos gravemente ferida, B, tem o ferimento na perna, mas o membro pode ser salvo. Temos recursos médicos para uma só pessoa. Se os usarmos na vítima mais gravemente ferida, o máximo que faremos vai ser salvar o seu dedo do pé, ao passo que, se os usarmos na vítima menos gravemente ferida, poderemos salvar-lhe a perna. (SINGER, 2002, p. 34).

Se admitirmos que perder uma perna é mais grave do que a privação de um dedo do pé, a resposta do princípio da economia pode não coincidir com o princípio da igual consideração de interesses. Em relação a esse episódio descrito, a ação justificável, ao menos no concernente ao último princípio, aumentaria ao invés de diminuir a diferença de bem-estar entre as duas pessoas feridas, diferentemente do que afirmaria o princípio da diminuição utilidade marginal. Isso ocorre sem maiores problemas com o princípio da igual consideração de interesses porque ele é um princípio mínimo de igualdade, isto é, não possui como objetivo principal um tratamento idêntico dos indivíduos ou qualquer determinação de como devemos agir em certa situação, mas sim alcançar um resultado mais igualitário entre todos os envolvidos.

Nesse sentido, o princípio da igual consideração de interesses é satisfatório como princípio básico da igualdade, já que demonstra o quanto características factuais como raça e gênero sexual são irrelevantes para sustentar uma tese da igualdade, sobretudo porque ela deve ser discutida em torno das relações morais estabelecidas pela capacidade de possuir interesses. Em suma, podemos afirmar que tais interesses correspondem a algo concreto – como ocorre, por exemplo, com a indesejabilidade da dor – e não a uma ideia geral e abstrata. Ao apresentar a consideração dos interesses em si mesmos, Singer elege a condição sensível ou o limite de sensibilidade como um critério moral.

## 2 O PRINCÍPIO DA IGUAL CONSIDERAÇÃO DE INTERESSES COMO PARÂMETRO PARA A DEFESA ANIMAL

Ao defender que os interesses dos indivíduos devem ser levados em consideração de modo imparcial, Singer aponta o princípio da igual consideração de interesses como fundamento moral básico para sustentar sua tese da

igualdade. Essa orientação abre precedentes para se avaliar o próprio alcance do pensamento ético, o que pode ser colocado nos seguintes termos: se a cor da pele, o sexo, a inteligência, a linguagem ou quaisquer características factuais são elementos irrelevantes para as reflexões concernentes à igualdade, uma vez que a característica decisiva vincula-se à capacidade de possuir interesses, isso não implicaria a exigência de respeitarmos os animais não humanos no âmbito da ética?

Essa problemática acompanha todo o itinerário filosófico de Singer. Em seu livro *Libertação Animal*, por exemplo, ao avaliar a relação entre os seres humanos, ele dirá:

Devemos deixar bem claro que a defesa da igualdade não depende da inteligência, da capacidade moral, da força física ou de outros fatores similares. A igualdade é uma ideia moral, não é a afirmação de um fato. Não existe uma razão obrigatória, do ponto de vista lógico, para pressupor que uma diferença factual de capacidade entre duas pessoas justifique diferenças na consideração que damos a suas necessidades e a seus interesses. (SINGER, 2010, p. 8).

De acordo com o autor, a consideração que atribuímos ao outro não deve apoiar-se em suas características específicas, pois, como vimos anteriormente, elas podem sustentar posições arbitrárias e preconceituosas. Se, com efeito, o que está em jogo é a consideração dos interesses, podemos entrever que as características distintas pertencentes aos seres humanos e aos animais não humanos também não são elementos suficientes para restringir a igualdade aos últimos. Porém, como avaliar se os animais não humanos realmente possuem interesses e, portanto, um estatuto moral?

Para Singer, como já havíamos aludido, a capacidade de sofrimento ou, mais precisamente, a indesejabilidade da dor é uma condição prévia e mesmo vital para a manutenção dos seus interesses. Isso significa que a fronteira defensável para incluir um indivíduo no âmbito das discussões morais relaciona-se com a capacidade de sofrer e de desfrutar das coisas, o que, por sua vez, confere a igualdade de consideração também para os animais não humanos. A esse respeito, Felipe (2007, p. 182-183) afirma:

Instigado pela crítica e sugestão de Bentham, Singer adota a sensibilidade como novo parâmetro ético. Assim, os interesses de um sujeito moral podem até nascer de sua racionalidade, mas os de um paciente moral têm origem em sua sensibilidade. Em vez do respeito exclusivo ao que tem origem no raciocínio, Singer propõe que o sujeito moral respeite no paciente moral sua condição senciente, ou seja, sua vulnerabilidade à dor e ao sofrimento.

Podemos observar que a capacidade de sentir prazer ou dor é a linha divisória para considerar os interesses dos indivíduos no âmbito da igualdade. Ora, se o limite de sensibilidade é o critério básico para admitir que um ser

possua interesses, os animais não humanos como seres que sofrem – quando são atormentados, por exemplo – devem ser incluídos no âmbito das discussões morais. Para Singer, quando Bentham aponta a sensibilidade como critério para respeitar os animais, ele deixa de recorrer a um ponto de vista parcial e excludente, o que permite tornar a igualdade mais plausível e coerente. Isso pode ser entendido mais claramente nas palavras do próprio autor:

Ao afirmar que devemos considerar os interesses de todos os seres com capacidade de sofrer ou sentir prazer, Bentham não deixa arbitrariamente de admitir a consideração de quaisquer interesses – como o fazem os que traçam a linha por referência à posse da razão ou da linguagem. A capacidade de sofrer e de sentir prazer é um *pré-requisito para um ser ter algum interesse*, uma condição que precisa ser satisfeita antes que possamos falar de interesse de maneira compreensível. [...] A capacidade de sofrer e de sentir prazer, entretanto, não apenas é necessária, mas também suficiente para que possamos assegurar que um ser possui interesses – no mínimo o interesse de não sofrer. Um camundongo, por exemplo, tem o interesse em não ser chutado na estrada, pois, se isso acontecer, sofrerá. (SINGER, 2010, p. 13).

Tendo em vista esse viés de pensamento, podemos afirmar que a aceitação do princípio da igual consideração de interesses, definido como princípio moral básico da igualdade, implica em aceitar sua aplicação quando o que está em jogo são também os interesses dos animais não humanos. Isso porque é injustificável, sem assumir uma posição especista<sup>4</sup>, aceitarmos uma ação quando se trata de interesses humanos e rejeitá-la quando se trata do respeito aos interesses dos animais não humanos, pois essa atitude confere maior consideração aos interesses dos membros de nossa própria espécie. Nas palavras de Felipe (2007, p. 168): "Não há como justificar uma duplicidade de princípios éticos. Se admitimos tratamento respeitoso a todos os seres humanos capazes de sentir dor e de sofrer, não há como negar igual consideração a outros seres alegando que pertencem a outra espécie biológica".

Com o intuito de demonstrar a incoerência do especismo, Felipe afirma:

A ética especista autoriza, além do mais, sem o menor constrangimento, que os mesmos atos condenados, caso afetem seres humanos, sejam aprovados quando o sujeito que os sofre não pertence à espécie humana, violando, desse modo, o critério racional da aplicabilidade de um princípio considerado universalmente válido à generalidade dos casos semelhantes. Atos considerados violentos, cruéis e imorais, caso

---

<sup>4</sup> Em paralelo com o racismo e o sexismo, Singer define: “Especismo – a palavra não é muito atraente, mas não me ocorre outra melhor – é o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outra” (SINGER, 2010, p. 11). Em certo sentido, esse tipo de analogia já estava presente no texto de Bentham, sobretudo quando compara a opressão vivida pelos escravos com a exploração dos animais. Apesar disso, a expressão ganha força a partir da década de 70 do século passado, com a publicação dos textos de Richard D. Ryder, considerado como responsável pela invenção do termo *speciesism*.

praticados contra seres humanos, são considerados irrepreensíveis quando praticados contra seres de outras espécies, ainda que representem o mesmo tipo de tortura e a destruição da vida de um ser dotado de senciência. (FELIPE, 2007, p. 179).

É importante grifar que uma “ética especista” se constitui exatamente por meio de preceitos contrários ao princípio da igual consideração de interesses, uma vez que ela não respeita o critério básico de que os interesses semelhantes devem ser tratados de modo imparcial. O sofrimento, por exemplo, deve cessar independentemente daquele que sofre, pois não há, segundo Singer, justificativas morais para não se levar em conta o interesse de um ser em não sentir dor, não importando sua aparência física ou qualquer outra característica biológica.

No entanto, algumas objeções são comumente apresentadas por aqueles que são contrários à inclusão dos animais não humanos no âmbito das reflexões morais, a saber: como comprovar que os animais não humanos sentem dor? Ou, ainda, considerando a dor como algo subjetivo não teríamos como senti-la pelos outros, como comprovar, então, que os animais não humanos a sentem e, conseqüentemente, respeitar seus interesses?

Embora a dor seja uma sensação subjetiva, o que implica que não poderíamos senti-la nem mesmo por outras pessoas, mas apenas individualmente, sabemos que os outros a sentem pelos sinais externos emitidos em situações em que nós mesmos poderíamos sentir algo semelhante, ainda que isso não constitua a dor em si. Em outros termos, podemos afirmar que apesar de não experimentar e medir a dor do outro, seja ele humano ou não humano, podemos deduzir que ele a sente pelo fato de responder, de modo similar a nós, a certo estímulo. Além disso, um dos aspectos relevantes para esse tipo de dedução é o fato de que o ser humano e os animais não humanos possuem sistemas nervosos parecidos, que funcionam de modo também semelhante em ocasiões que poderiam sentir dor. Ou melhor, como destaca Singer (2010, p. 18):

Quase todos os sinais externos que nos levam a inferir a existência de dor em seres humanos podem ser observados em outras espécies, sobretudo naquelas mais intimamente relacionadas a nós: os mamíferos e as aves. Os sinais comportamentais incluem contorções, contrações do rosto, gemidos, ganidos ou outras formas de apelos, tentativas de evitar a fonte da dor, demonstrações de medo diante da perspectiva de repetição e assim por diante. Além disso, sabemos que esses animais possuem sistemas nervosos muito semelhantes aos nossos, que respondem fisiologicamente como os nossos, quando se encontram em circunstâncias em que sentiríamos dor: elevação inicial da pressão sanguínea, pupilas dilatadas, transpiração, aceleração do pulso e, se o estímulo continuar, queda da pressão sanguínea.

Esses traços comportamentais e fisiológicos demonstram que seria injustificável inferirmos que um ser humano ao emitir sinais externos de dor

esteja realmente expressando algo doloroso e, ao mesmo tempo, negarmos a mesma ilação quando quem emite tais sinais pertence a uma espécie biologicamente diferente. Os animais não humanos, diante de algo que lhes cause dor se esquivam, tentam fugir da fonte de sofrimento, apresentando um comportamento bastante semelhante, por exemplo, ao de uma criança que ainda não desenvolveu por completo a linguagem.

Ainda que os sinais comportamentais já imponham a compreensão da sensibilidade dos animais não humanos, permitindo a verificação de que os mesmos são capazes de sentir dor, algumas objeções poderiam persistir. A título de exemplo, podemos apresentar a ideia de que devido ao córtex cerebral mais desenvolvido dos seres humanos em relação aos animais, os primeiros seriam merecedores de maior consideração. Porém, a parte do cérebro responsável pelos impulsos, sensações e emoções é o diencéfalo, que também se encontra desenvolvido nos animais não humanos, atuando, inclusive, como um elemento responsável pela sobrevivência dos mesmos. Em termos mais específicos, por intermédio da sensação de dor – cujo responsável, como enfatiza Singer, é o diencéfalo – os animais não humanos passam a evitar fontes de dor fisicamente nocivas, o que, no processo evolutivo, colaborou para aumentar sua expectativa de sobrevivência. Se o córtex cerebral está relacionado às funções do pensamento, e não às sensações, o fato do mesmo ser mais desenvolvido em seres humanos não permite o argumento para restringir a igual consideração de interesses aos animais, já que a linha demarcatória para tanto, como já destacamos, é o limite de sensibilidade e não a capacidade de raciocínio.

Embora a capacidade de sentir dor e prazer dos animais não humanos possa ser comprovada por intermédio das situações e sinais externos, algumas pessoas ainda apontam argumentos contrários à inclusão deles no âmbito das preocupações morais: a ideia de “angústia mental”, por exemplo, é um dos argumentos usados; ela parte do pressuposto de que o ser humano, por possuir consciência daquilo que ocorre em sua vida, terá sempre uma dor superior àquela sentida por um animal não humano, ainda que a situação seja a mesma nos dois casos. Isso porque, além de sentir a dor física, os seres humanos possuem a capacidade de antecipar o seu próprio sofrimento, causando, desse modo, ainda mais aflição para si mesmo, coisa que não ocorre com os animais não humanos, afirmam os defensores dessa argumentação. Singer rebate esse argumento. Ele demonstra que embora em algumas circunstâncias isso realmente possa acontecer, em outras, entretanto, ela não se sustenta, uma vez que a compreensão mais limitada dos animais não humanos pode ser responsável por causar-lhes ainda mais sofrimento. Para entendermos isso mais claramente, de acordo com as palavras do próprio autor:

[...] nem todas essas diferenças apontam maior sofrimento por parte do ser humano normal. Em alguns casos, os animais podem sofrer mais,

devido à capacidade de compreensão mais limitada. Por exemplo, se fizermos prisioneiros de guerra, podemos explicar-lhes que, embora tenham de se submeter à captura, revista e confinamento, não serão importunados de outras maneiras, e terão a liberdade quando cessarem as hostilidades. Se capturarmos animais selvagens, entretanto, não podemos explicar-lhes que sua vida não está ameaçada. Um animal selvagem não consegue distinguir entre uma tentativa de dominação para confinamento e uma tentativa de morte: uma provoca tanto terror quanto a outra. (SINGER, 2010, p. 26).

Podemos afirmar que embora essa objeção seja relevante para as discussões concernentes à igualdade, ela em nada impede que o princípio da igual consideração de interesses seja estendido também para os animais não humanos, uma vez que o mesmo tem como pressuposto básico o limite de sensibilidade e não a intensidade da dor quando comparadas entre seres humanos e animais; até porque é impossível comparar a intensidade de dor entre os seres, sejam eles humanos ou não humanos. Sendo assim, o que conta é dor em si mesma e não a dor de um ser humano ou de um animal não humano.

Em suma, é injustificável conferir maior importância a uma dor sentida por membros de nossa própria espécie e a negarmos quando quem a sente é um ser biologicamente distinto, ainda mais quando o argumento que se usa apela para a capacidade de compreensão humana, pois, se mantida certa coerência, isso implicaria em excluir, além dos animais não humanos, também os bebês e os deficientes mentais que não desenvolveram a mesma capacidade. Em outros termos, podemos alegar que não existe nenhum argumento plausível para atribuir menor consideração aos interesses dos animais não humanos quando comparados aos interesses dos seres humanos.

### 3 O ESPECISMO NOSSO DE CADA DIA E AS CRÍTICAS SINGERIANAS

Como vimos anteriormente, se um ser possui interesses, não existe nenhum argumento sustentável para que se atribua menor consideração aos seus interesses. Podemos afirmar que se consideramos errado infligir dor a um ser de nossa própria espécie, também seria coerente evitar provocá-la a seres de outra espécie, desde que os mesmos sejam capazes de senti-la. A partir disso, algumas questões merecem nossa atenção: o modo como exploramos os animais não humanos pode ser justificado de modo coerente? É realmente necessário o sofrimento que causamos aos demais animais em nome de “interesses menores” de nossa própria espécie?

Um determinado posicionamento, negando-se a admitir seu próprio especismo, pode indagar a respeito de quais sofrimentos impomos aos animais na prática. Ou, em outros termos, quais são as formas de especismo na atualidade? Essa questão não é sem razão, uma vez que o especismo possui raízes antigas e

profundas em nossa cultura, as quais, em nossos dias, conta até mesmo com o apoio do poder político e econômico. A esse respeito, apresentaremos a seguir, algumas das ações que são apontadas como especistas e, portanto, injustificáveis moralmente.

A utilização indiscriminada dos animais não humanos na prática pode ser dividida em grande e pequena escala. O primeiro tipo se caracteriza pela exploração sistemática e institucionalizada, a qual possui até mesmo o aval do poder público, como ocorre, por exemplo, com a indústria da carne animal, que, estrategicamente e de maneira oportunista, financia campanhas eleitorais em diversas partes do mundo; e também como encontramos no âmbito das pesquisas científicas, as quais são submetidas às regras das indústrias farmacêuticas de países ricos. O segundo tipo de atividade especista se caracteriza pela exploração indiscriminada dos animais em menor escala, mas que ainda é bastante disseminada, mesmo não ocorrendo em escala industrializada. A título de exemplo, podemos citar o uso dos animais como meio de transporte, caça esportiva, comércio de pele, negócios que envolvem diversão e estimação, entre outros.

Em relação a esse horizonte, podemos dizer que a utilização de animais não humanos como alimento é uma das formas mais comuns e extensivas do especismo; isso porque, segundo Singer (2002, p.72): “Para a maior parte das pessoas que vivem nas sociedades modernas e urbanizadas, a principal forma de contato com animais acontece à hora das refeições.”. Há uma indústria da carne consolidada, que, de modo geral, para adequar-se às leis de mercado, sobretudo em sua busca incessante de lucros, explora cruelmente os animais como meros produtos.

Porém, ao passo que esse uso arbitrário desrespeita importantes interesses dos animais não humanos, como o interesse em continuar vivo e não sentir dor em nome de interesses supérfluos do ser humano, como a alimentação carnívora – já que, sobretudo nas sociedades industrializadas, esses não precisam recorrer à carne animal para manter sua própria subsistência – ele torna-se um ato contestável. Podemos apresentar três justificativas principais para sustentar essa afirmação: em primeiro lugar, como o próprio autor defende, os seres humanos que vivem nos grandes centros urbanos possuem outras fontes de alimento que não estão vinculadas ao uso de animais para sobreviver; em segundo lugar, a alimentação carnívora não é necessária para que os seres humanos possuam boa saúde, pois com o consumo da carne animal o ser humano não consegue adquirir grande valor de nutrientes, uma vez que a alimentação dos mesmos é convertida em menos de 10 por cento de nutrientes ao ser humano; e, por último, a alimentação baseada em outras fontes de alimento constituiria uma melhor forma de produção de alimentos, coisa que nas sociedades industrializadas – concernente à produção de carne animal – não é possível, pois os animais usados para a alimentação humana são engordados com grãos que

poderiam ser consumidos diretamente pelos seres humanos; além disso, essa alimentação ainda causa grande impacto negativo ao meio ambiente, como ocorre com a criação de gado: devastação de florestas para criação de áreas de pastagens, emissão de poluentes (gás metano), uso indevido de recursos hídricos, entre outros. Isso permite inferir, portanto, que o uso de animais como alimento é apenas um “luxo”, e que esse tipo de alimentação só existe porque o ser humano aprecia o sabor da carne animal, sendo esse prazer supérfluo o único impedimento para colocar fim a esse tipo de hábito.

A alimentação carnívora é ainda mais questionável pelas condições sob as quais esses animais estão submetidos nas “fazendas industriais”. A título de exemplo, podemos citar o confinamento de animais em espaços insuficientes e em condições impróprias para seu bem-estar, pois ali eles são tratados como meras máquinas de produção e não como seres sencientes que merecem ser respeitados, como ocorre, por exemplo, com as galinhas poedeiras que são confinadas em gaiolas pequenas sem espaço nem mesmo para esticar as asas ou, ainda, como ocorre com a carne bovina que, em sua maioria, provém de gado confinado em instalações que servem apenas para engordá-los. A esse respeito, Bonella (2012, p. 14-15) assinala:

A maior parte da carne de nossos pratos não provém mais de imaginárias fazendas paradisíacas, mas de animais criados em granjas e mortos prematuramente em escala industrial. Para se produzir carne a um preço acessível, utilizam-se cada vez mais métodos de confinamentos dos animais, como aves e porcos, mas, em certos casos, também de gado e vitela, em espaços pequenos durante toda sua curta vida. Porcos, por exemplo, comparáveis aos cães e gatos em inteligência e sensibilidade, são em sua maioria criados sob confinamento.

Os animais utilizados pela indústria para produzir a carne e os ovos são tratados como meros meios, produtos que geram lucro, os quais, devido ao tratamento cruel, acabam por chegar a um preço acessível ao consumidor. Sobre isso, Singer apresenta os comentários de alguns proprietários desse tipo de empresa, os quais consideram as galinhas poedeiras apenas como máquinas de transformar ração em ovos e, portanto, em lucro:

“A galinha é apenas uma maneira de um ovo fazer outro ovo”, escreveu certa vez Samuel Butler. Ele, sem dúvida, pensou que estivesse sendo engraçado, mas, quando Fred C. Haley, presidente de uma empresa avícola da Geórgia, que controla a vida de 225 mil galinhas poedeiras, descreve-as como uma “máquina de fazer ovos”, suas palavras têm implicações mais sérias. Para ressaltar sua atitude comercial, Haley acrescenta: “O objetivo de produzir ovos é ganhar dinheiro. Quando esquecemos isso, esquecemos o próprio objetivo”. (SINGER, 2010, p. 157).

Ou ainda, um pouco mais adiante no texto, como publicado em uma revista avícola britânica: “A poedeira moderna, afinal de contas, é apenas uma

eficiente máquina de conversão, que transforma material bruto – ração – num produto acabado – o ovo –, excluindo, claro, o que é gasto com sua manutenção”<sup>5</sup>.

Tendo em vista esse viés, o consumo da carne animal na alimentação humana é uma atitude incoerente, pois fere o princípio básico da igualdade, já que o interesse em consumir a carne animal é um interesse menor quando confrontado, como alega Singer, com a vida e o bem-estar dos animais envolvidos nesse tipo de prática. Em relação a esse aspecto, Bonella (2012, p. 15-16) defende:

[...] podemos viver razoavelmente bem sem a exploração animal, por exemplo, sem o consumo de carne, sem o uso de pele nas vestimentas, sem usar animais como entretenimento. No caso da alimentação, por exemplo, há a opção do vegetarianismo. Podemos ter nossas refeições com todos os nutrientes essenciais em uma dieta vegetariana adequada (adequada significa ingestão balanceada, em quantidade e qualidade, de alimentos e suplementos, mas isso vale para qualquer alimentação). [...] Assim, se nós juntarmos o conhecimento meramente factual de que em nossas sociedades industriais só é possível produzir carnes a preços acessíveis desrespeitando o bem-estar e os interesses dos animais, com o conhecimento disponível de que já é possível nos alimentarmos bem sem o uso de carne, nós concluiremos que das duas alternativas, alimentação onívora e alimentação vegetariana, a segunda é a que causa menos danos aos animais considerados imparcialmente.

Uma das objeções que frequentemente é apresentada pelos contrários as mudanças de hábitos concernentes à utilização dos animais como alimento pode ser resumida da seguinte maneira: “Os animais comem uns aos outros; por que, então, não deveríamos comê-los?” (SINGER, 2002, p. 80). Sobre esse ponto de vista, o autor apresenta os seguintes argumentos: os seres humanos possuem a capacidade de discernir sobre o modo como estão agindo e sobre as alternativas que possuem além desse tipo de “alimento”, refletindo, assim, sobre a ética de sua própria alimentação. Como os animais não humanos não possuem essa capacidade, não existe a possibilidade de serem responsabilizados por suas ações, uma vez que seguem apenas seu próprio instinto. Um segundo ponto parte do pressuposto de que alguns animais quando se alimentam de outros, o fazem por uma questão de sobrevivência, ou seja, se não matar para se alimentar morrerão, pois não possuem a capacidade de refletir e de produzir alternativas, se distinguindo, nesse aspecto, do ser humano, que pode produzir, independentemente da alimentação animal, meios para manter sua sobrevivência.

O autor também aponta para o argumento daqueles que afirmam que a alimentação da carne animal seria justificada pelo fato de que esse ato seria proveniente de uma “lei natural”; se na natureza os mais fortes devem sobreviver enquanto os mais fracos morrem, o homem também deveria viver de acordo com essa lei. Porém, essa argumentação possui dois erros básicos, a saber: o primeiro

---

<sup>5</sup> Sobre isso, cf. Singer (2010, p. 157).

erro está em afirmar que essa ação faz parte de um “processo evolutivo”, pois não vivemos mais em uma espécie de cultura rudimentar, mas em uma sociedade urbana e industrializada, na qual os seres humanos não necessitam caçar para sobreviver. Em segundo lugar, o fato de uma coisa ser considerada “natural”, não quer isso dizer que ela seja “correta”, pois nossas ações podem ser aperfeiçoadas em busca de melhores consequências, mesmo que o “natural” precise ser reformulado. A esse respeito, Singer (2002, p. 82) afirma:

É, sem dúvida, “natural” que as mulheres gerem uma criança a cada ano ou dois, da puberdade à menopausa, mas isto não significa que seja errado interferir nesse processo. Precisamos conhecer as leis naturais que nos afetam para podermos avaliar as consequências do que fazemos; mas não temos de admitir que a forma natural de fazer alguma coisa é incapaz de ser aperfeiçoada.

Desse modo, esse tipo de argumentação entra em confronto com a própria ideia de cultura e civilização, impedindo o ser humano de viver ética e politicamente. Enfim, sem que seja a intenção dos partidários dessa posição, essa argumentação propõe uma espécie de rebaixamento do status moral e político do próprio homem.

É importante destacar também o impacto da segunda maior maneira de exploração dos animais não humanos, a qual Singer apresenta suas objeções. Inicialmente o autor aponta para o impasse pelo qual os defensores dos experimentos científicos em animais não humanos chegam; mais especificamente, ao afirmarem que esses experimentos geram descobertas e benefícios para os seres humanos, eles são obrigados a aceitar e admitir que os animais nos são muito semelhantes e, portanto, respondem de modo também parecido a nós, humanos, em determinadas situações. Ou melhor, como exemplifica Singer (2002, p. 75): “[...] se o fato de forçar um rato a escolher entre morrer de fome e atravessar uma grade eletrificada para conseguir comida nos diz alguma coisa sobre as reações dos seres humanos ao estresse, devemos admitir que o rato sente estresse quando colocado nesse tipo de situação”.

Outro argumento usado frequentemente para defender esses experimentos parte do pressuposto de que eles são justificáveis porque apresentam objetivos médicos. Porém, como defende o próprio autor, a maioria dos testes em animais causa mais sofrimento do que alívio, mas como esse maior índice de sofrimento ocorre com os animais em detrimento do pouco alívio causado aos seres humanos, esses pesam isso de modo arbitrário atribuindo maior peso ao pouco alívio causado aos humanos do que ao grande sofrimento imposto aos demais animais. Além disso, muitos dos testes realizados nos animais são supérfluos e desnecessários, como ocorre, por exemplo, na indústria de cosméticos que, por vezes, continuam a testar novos produtos para substituir produtos semelhantes já existentes.

Cosméticos e outras substâncias são testados nos olhos dos animais. Os testes Draize de irritação dos olhos foram usados, primeiro, na década de 1949, quando J. H. Draize, trabalhando para a *Food and Drug Administration*, desenvolveu uma escala para avaliar quão irritante era uma substância quando colocada nos olhos de coelhos. Os animais são, em geral, postos em dispositivos imobilizadores, ficando apenas com a cabeça de fora. Isso impede que coçam ou esfreguem os olhos. A substância a ser testada (como alvejante, xampu, ou tinta) é, então, colocada no olho de cada coelho. O método a ser utilizado consiste em puxar a pálpebra inferior e colocar a substância no “copinho” que se forma dessa maneira. O olho é, então, mantido fechado. Às vezes, a aplicação é repetida. Os coelhos são observados diariamente quanto a inchaço, ulceração, infecção e sangramento. Os estudos podem durar até três semanas. (SINGER, 2010, p. 79-80).

Podemos observar que a dor pela qual os animais são submetidos não pode ser justificada por uma mera ostentação humana. Isso permite afirmar que devemos ser contrários a esses procedimentos pelo fato de que os benefícios obtidos são, na maioria dos casos, inexistentes ou muito incertos, enquanto os prejuízos causados aos animais são reais e irreversíveis, contradizendo, portanto, a atribuição da igual consideração de interesses quando há o confronto entre os interesses dos animais não humanos e dos pertencentes a nossa espécie. Tendo em vista esse assunto, Greif (2003, p.25) afirma:

É comum que, experimentos realizados em animais para fins didáticos não produzam os resultados almejados, dando muitas vezes, margem a interpretações confusas. Estes resultados duvidosos são decorrentes de diferentes fatores: imperícia técnica na condução do experimento; desequilíbrio da saúde física e psíquica do animal, previamente ao início do experimento; diferenças individuais de cada animal da mesma população, entre outros.

Embora os argumentos aqui apresentados sejam suficientes para demonstrar a arbitrariedade das pesquisas científicas em animais não humanos, algumas objeções ainda podem surgir. Podemos citar a suposição de que a cura de doenças poderiam ser descobertas por meio de um experimento em animais, e que, quando um defensor da causa animal se coloca contra essa ação, ele estaria, inevitavelmente, permitindo que milhares de seres humanos morressem em nome de um animal. Singer, por sua vez, rebate esse argumento com a afirmação de que os testes em animais não são tão críveis quanto esse tipo de argumento supõe, porém, se como mero exercício hipotético, essa indagação persistir, o autor defende que a questão seja respondida afirmativamente, pois, como sustenta os defensores mais ferrenhos dessa causa, é sempre um erro sacrificar um ser em nome do “benefício” de outro.

Por isso, Singer (2002, p.77) recoloca essa questão do seguinte modo: “[...] os que fazem as experiências estariam preparados para fazê-las com seres

humanos órfãos com lesões cerebrais graves e irreversíveis, se esta fosse a única maneira de salvar milhares de outras pessoas?”. O autor pretende demonstrar com essa questão que a defesa das pesquisas científicas com animais aponta o preconceito existente contra os seres de outras espécies biológicas, especismo inerente principalmente aos que respondem a tal questão de forma negativa, uma vez que eles consideram justificável certos tipos de experimentos quando o que está em jogo é o bem-estar de um animal não humano, mas mudam o discurso quando experimentos iguais seriam feitos em seres de sua própria espécie, demonstrando com isso seu especismo, isto é, seu preconceito e ignorância como relação aos demais animais

Com isso, podemos alegar que as pesquisas científicas, assim como a utilização de animais como alimento e outras formas de especismo em menor escala, são moralmente injustificáveis, pois elas ferem o princípio da igual consideração de interesses, isto é, não pesam de modo imparcial os interesses dos humanos e dos animais não humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com bases no itinerário filosófico percorrido neste trabalho, podemos afirmar que Singer, ao partir da desconstrução de definições especistas propagadas pelas éticas tradicionais, promove, por intermédio da ética prática, a superação do especismo arraigado em nossas sociedades industrializadas. Como vimos, para nosso autor, uma concepção ética só pode ser justificada quando pressupõe uma imparcialidade no julgamento das ações morais, isto é, quando promove a busca das melhores consequências para os indivíduos envolvidos em uma mesma ação. Sumariamente, isso ocorre a partir da consideração dos interesses em si mesmos, permitindo, com isso, a superação de um ponto de vista parcial e excludente, o que equivale à colocação dos julgamentos morais em um âmbito mais amplo (universalizável).

A partir dessas alegações iniciais, o autor propõe seu princípio de igualdade, a saber: o princípio da igual consideração de interesses, o qual parte do pressuposto de que devemos atribuir igual valor aos interesses de todos os indivíduos envolvidos no âmbito das ações morais, superando, com isso, características factuais como raça, sexo, linguagem complexa, capacidade de raciocinar, entre outras. Contribuindo, desse modo, para entendermos a possibilidade e necessidade de inclusão dos animais não humanos no campo das nossas preocupações morais, pois, como defende o filósofo, eles possuem um interesse concreto que merece atenção, a saber: o interesse de não sentir dor, o qual é compreendido como um interesse comum a todos os seres sencientes. Em termos mais específicos, podemos afirmar que o autor expande os limites e alcance da ética, já que confere aos demais animais a imparcialidade no

juízo de seus interesses, cuja linha demarcatória é a capacidade de sofrer e de sentir prazer. Isso invalida, por conseguinte, as perspectivas parciais e excludentes provenientes das éticas tradicionais, sobretudo o especismo.

Com relação às posições sobre a utilização indiscriminada e a crueldade que impomos aos animais não humanos, destacamos, no decorrer deste artigo, seu uso como alimento e nas pesquisas científicas, pois esses são os modos mais disseminados na contemporaneidade, devido ao caráter mais sistemático e institucionalizados dessa prática. Porém, cabe ressaltar que os animais são utilizados nos mais variados campos, mesmo que em menor escala, como na caça esportiva, nas vaquejadas, nos negócios que envolvem diversão e estimação, entre outros, que, embora não institucionalizados, são bastante difundidos culturalmente e, como vimos, apresentam-se como ações moralmente injustificáveis, já que fere os interesses dos demais animais – ao menos o interesse em não sentir dor e desenvolver integralmente sua vida – em nome de interesses irrisórios dos seres humanos, como o gosto pelo sabor de sua carne, por exemplo.

Podemos concluir, então, que o objetivo que estimulou este artigo, a saber: demonstrar a possibilidade de instauração de uma perspectiva moral que propõe a superação do especismo e, assim, envolva os demais animais nas discussões morais, ultrapassando, desse modo, os interesses puramente econômicos e políticos das sociedades atuais, foi alcançado, isso porque pudemos constatar que não existem motivos moralmente justificáveis para excluir os animais não humanos do âmbito da comunidade moral, uma vez que eles, assim como nós, são sencientes, isto é, possuem a capacidade de sentir prazer e dor. Em suma, a filosofia da libertação animal singeriana é uma atitude abolicionista, já que apresenta a proposta inegociável de colocar fim a qualquer forma de exploração dos animais, a qual é a única, até o presente momento, moralmente justificável, pois ultrapassa a ideia de uma superioridade humana e insere os demais animais no âmbito de nossa comunidade moral, isto é, no campo de nossas ações e julgamentos morais.

## Ethic, equality and defense of animals in Peter Singer

∞

### ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze Peter Singer's proposal of ethics for animals. This perspective establishes the basic principle of the author's moral positions — namely, the principle of equal consideration of interests — as a prerequisite to discuss the issue of equality so as to highlight such principle. As I intend to demonstrate, this principle holds that if there are interests at stake in terms of actions, they should be respected regardless of skin color, gender or other factual characteristics. Essentially,

the moral idea to impartially consider such interests is based on sensitivity limits, especially the capacity to suffer and feel pleasure. Regarding this point, the author argues that the principle of equality can be applied to the defense of non-human animals since the sentience criterion is respected. According to such criterion, the indiscriminate exploitation of animals to meet minor interests of human beings, such as meat eating and animal experimentation, can be asserted as unjustifiable.

KEYWORDS: Peter Singer. Equality. Defense of Animals.

## REFERÊNCIAS

AUDARD, C. Utilitarismo. In: CANTO-SPERBER, M. **Dicionário de ética e filosofia moral**. Traduções de Ana Maria Ribeiro-Althoff et. al. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2007.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Tradução de Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os Pensadores).

BONELLA, Alcino E. A Ética no Uso de Animais. **Philosophos**. Goiânia, v. 17, n. 2, 2012, p. 11-41. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/15835/13571#.VPdHT3zF-M4> >. Acesso em: 13 de Set. 2019.

FELIPE, Sônia, T. Igualdade preferencial. Parâmetros da concepção ética de Peter Singer. In: CARVALHO, Maria Cecília M. (Org.). **Utilitarismo em Foco: um encontro com seus proponentes e críticos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. p. 167-200.

GREIF, Sérgio. **Alternativas ao Uso de Animais Vivos na Educação pela Ciência Responsável**. São Paulo: Instituto Nina Rosa, 2003.

PARIZEAU, Marie-Helène. Ética Aplicada. In: CANTO-SPERBER, M. **Dicionário de ética e filosofia moral**. Traduções de Ana Maria Ribeiro-Althoff et. al. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2007.

RYDER, R. Experiments on Animals. In: GODLOVITCH, Stanley and Roslind; HARRIS, J. **Animals, Men and Morals**. London: Victor Gollancz, 1971, p.41-82.

RYDER, R. **The Victims of Science**. London: Davies Pointer Ltd, 1975.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Coleção Biblioteca Universal).

\_\_\_\_\_. **Libertação Animal**. Tradução de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2010.